

POR QUE(M) OS BRASILEIROS EMIGRAM?

AS INFLUÊNCIAS DA RETRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, DO MERCADO DE TRABALHO E DA CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOBRE AS EMIGRAÇÕES BRASILEIRAS INTERNACIONAIS

ÉLSON L.S. PIRES

UNESP - Brasil.

RESUMEN

La salida de dos millones de brasileños en la última década del siglo XX fue un hito histórico para el país, desde el punto de vista de las personas, de las familias, de ciudades enteras y desde una perspectiva regional. Las aproximaciones continúan mostrando un crecimiento de este contingente de brasileños que migran. En este artículo se apuntan una variedad de situaciones y motivos que explican ese nuevo fenómeno para el Brasil pero también para el cono sur.

Palabras clave: Desarrollo económico, migraciones brasileñas internacionales, flexibilidad del mercado de trabajo.

I. INTRODUÇÃO

As migrações internacionais constituem hoje um elemento importante para o entendimento das relações entre população e desenvolvimento na globalização. Nesse momento, de aprofundamento da internacionalização das economias, sob a égide do capital financeiro e dos fluxos internacionais de dinheiro e mercadorias, não se pode prescindir, embora sempre de maneira conflitiva, da livre circulação de pessoas.

As tentativas de estabilização das moedas, do enfrentamento da competitividade internacional que privilegia a eficiência econômica com reestruturação produtiva, reproduziram no Brasil e na América Latina situações de retração do emprego formal e de aumento do desemprego,

de crescente informalização e precarização do mercado de trabalho. No final da década de noventa, os dados revelam que milhares de pessoas foram impulsionados a buscarem um trabalho no exterior, na maioria delas bem distante de suas casas. Foi assim, de um país que sempre atraiu imigrante (europeus e asiáticos) desde início do século XX, que o Brasil se tornou no final do século em um grande exportador de mão-de-obra, senão o maior da América Latina para os Estados Unidos, Japão e Europa. Esses movimentos de emigrações brasileiras tendem a ser mais constantes e diversificados no país, abrindo um leque de novas demandas nas relações internacionais por políticas sociais, como acesso a saúde e a educação nos países de destino, mas também por políticas públicas de desenvolvimento – local e regional - que garantam a inserção no mercado de trabalho nas regiões dos países de origem.

Em alguns momentos da história, a imprensa brasileira sempre se antecipa à universidade e aos poderes públicos divulgando, com farta cobertura jornalística, a situação do imigrante brasileiro lá fora, as causas de sua emigração e vários aspectos desse novo fenômeno para o país. Geralmente, o retrato do brasileiro migrante tem sido mostrado na imprensa pelos aspectos mais negativos desses novos fluxos migratórios, sobretudo para os Estados Unidos. O perfil do imigrante brasileiro foi também traçado pela imprensa e pesquisadores comparando-o com a construção de identidade étnica do grupo imigrante específica do brasileiro no cenário internacional.

Procuramos mostrar neste artigo uma leitura deste processo que considera a trajetória de desenvolvimento da economia brasileira como elemento estruturador das emigrações recentes, tanto quanto os projetos e trajetórias dos migrantes como principais variáveis explicativas desse movimento. Para isto estruturamos o artigo em cinco seções.

Na primeira seção, embora consideramos inegável que a pobreza, o desemprego e a superpopulação possibilitam as emigrações, procuramos identificar como os processos endógenos que transformaram a dinâmica do desenvolvimento e as condições de trabalho no Brasil criaram as faltas de oportunidades internas que vem incentivando os brasileiros a morarem e trabalharem no exterior. Na segunda seção, concluímos este quadro apresentando como as mudanças institucionais laborais que flexibilizam o emprego no Brasil não absorvem os trabalhadores desempregados e os novos ingressantes ao mercado de trabalho, mas se constitui como o principal motivo que desencadeia o progresso das emigrações. Na terceira seção começaremos localizando o destino da emigração brasileira no mundo, mostrando a diversidade dos fluxos migratórios e o poder econômico das remessas para os municípios e regiões de origens dos emigrantes. Na quarta seção, mostramos os

aspectos subjetivos da questão migratória e o perfil de alguns imigrantes brasileiros na Itália, sobretudo dos residentes na cidade de Milão. Na quinta seção concluímos o artigo.

II. O MODO DE REGULAÇÃO RECENTE DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E OS IMPULSOS DAS EMIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1. Política econômica e distribuição de renda

A mudança no quadro financeiro internacional em meados da década de oitenta viabilizou a implementação de uma nova orientação de política econômica de desenvolvimento para as economias dos países subdesenvolvidos, especialmente da América Latina, formulada nos EUA e que ficou conhecida como “Consenso de Washington”. Inspirada por uma estratégia de conversão de dívidas em patrimônio, à nova orientação de política de desenvolvimento destacou a liberalização do comércio exterior e da entrada e saída de capital, a privatização das empresas estatais, a redução do tamanho do aparelho de Estado e a concessão dos serviços de utilidade pública para a iniciativa privada operar com lucro. Esta nova orientação política atrelaria, ainda mais fortemente, o desenvolvimento dos países latino-americanos ao ritmo e características da evolução da economia americana, motivando a entrada de capital internacional, com repercussões contraditórias sobre as economias dos países latino-americanos, aumentando a vulnerabilidade externa (Baltar, 2003). Desde então, as pressões do novo regime em via de emergência dão primazia ao modo de regulação mercantil (Estados Unidos), na perspectiva de que ele responda melhor ao imperativo da flexibilidade de curto prazo e as reestruturações econômica e social (Boyer, 2001).

No Brasil dos últimos quinze anos, em plena emergência da estabilização da moeda, os trabalhadores perderam espaço na renda nacional (ou produto interno bruto - PIB). A participação dos salários e remunerações em toda a riqueza produzida no país caiu de 44% em 1992 para 36% em 2002. Nesses dez anos, a renda do trabalho apresentou uma forte queda de 18%. Da mesma maneira, a taxa de investimento produtivo no país caiu de 20,8% do PIB para 18,7%¹.

No mesmo período, os empresários mantiveram constante a sua participação na renda nacional. Essa participação representada pelos

1 Esses cálculos foram apresentados por Márcio Pochmann no jornal *Valor Econômico*, em 1º de agosto de 2003, a partir dos dados do IBGE, da Receita Federal e do Banco Central.

lucros, juros e aluguéis aumentou de 44% em 1992 para 45% em 2002. Entretanto, diferente das participações de trabalhadores e empresários, a participação do governo na renda nacional cresceu 58% no mesmo período, passando de 12% em 1992 para 19% em 2003.

Por trás desta constância da renda do capital e do próprio aumento do peso dos tributos, há, como aponta Pochmann (2003), um claro movimento de *financeirização da renda*. Segundo este, entre 1995 e 2002 o capital financeiro aumentou seus ganhos num ritmo de 15% a.a. No mesmo período o PIB cresceu 2% a.a., em média.

Nesses anos de economia brasileira globalizada, a renda do capital produtivo se transferiu para o setor financeiro. Esse movimento associado à perda da renda dos trabalhadores sugere a indicação de um “ciclo de financeirização” da economia brasileira. Este ciclo parece ser incompatível com a retomada do crescimento econômico em todo o período da história recente.

Com a alta dos juros patrocinada pelos governos, a rentabilidade do capital financeiro ficou ainda mais lucrativa que o investimento no setor produtivo. Estudos mostram que em 1994, a rentabilidade dos bancos foi de 10,6% contra 5% nas empresas não-financeiras. Em 2002, a rentabilidade dos bancos alcançou 24,5%, um aumento de 131%, enquanto a das empresas não-financeiras despencou 80% e ficou em apenas 1%. O crescimento da dívida pública explica os elevados lucros bancários.

2.2. *(Des)Emprego e salários*

Em meio a esse cenário econômico e social instável, o desemprego no Brasil atinge recorde nacional e cai a renda dos trabalhadores ocupados. Pelos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2003, a taxa de desemprego atinge o recorde de 13% e queda da renda de 13,4%. O aumento da taxa de desemprego é atribuído ao baixo crescimento econômico, mas também à pressão das mulheres, dos jovens e dos inativos para entrarem no mercado de trabalho, forçados pela redução do poder aquisitivo. Deste modo, crescem as desigualdades, a informalização e a precarização do mercado de trabalho em quase todas as áreas metropolitanas do país, principalmente em pólos e regiões industriais tradicionais.

Ainda no mesmo ano de 2003, nas seis maiores regiões metropolitanas do país – Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – o número de desempregados calculado pelo IBGE somou 2,7 milhões, contingente que ultrapassa as estimativas de 2,5 milhões de brasileiros que moravam no exterior. Nesse período, a renda

média real do trabalhador despencou mais fortemente na categoria dos “conta própria”, que teve uma redução no seu poder de compra de 19,7%. Na categoria dos trabalhadores “com carteira” a perda foi de 9,4% e de 8,6% nos “sem carteira”. Esta queda da renda do trabalhador por conta própria é um motivo de preocupação ainda maior, pois este é um segmento importante de emprego entre os pobres, mas também entre classes médias urbanas.

De 1997 a 2003 a renda familiar per capita do trabalho caiu 4,5% a.a. na média nacional. Na renda de todas as fontes, incluindo seguro-desemprego e políticas sociais com um viés mais rural, a queda foi de 1,48%. Já a renda do capital, aposentadorias, pensões e seguro-desemprego cresceram 4,4%. A crise foi mais forte nas áreas metropolitanas, e os mais prejudicados foram os segmentos médios da sociedade brasileira².

O debate das implicações sociais deste quadro macroeconômico divide as opiniões dos analistas e formuladores das alternativas de política econômica e social. Para uns, não existe alternativa fora do padrão ortodoxo para o rompimento do ciclo de financeirização. Para outros, a transição possível exige uma política econômica fortemente heterodoxa, ou mesmo uma transição negociada entre Estado, capital e trabalho, para mudar do ciclo financeiro para o setor produtivo. Outros ainda argumentam que a presente situação só se resolve com “capital social”. O crescimento vai exigir além de juros baixos uma série de condicionantes como melhores expectativas dos agentes econômicos, das políticas sociais e da capacidade dos recursos humanos.

Na melhor das expectativas, não se observam medidas capazes de mudar o quadro no curto prazo. Mesmo no governo do Presidente Lula, o cenário de espetáculo do crescimento econômico prometido com 10 milhões de empregos na campanha de 2002, já se encontra adiado pela política econômica neoliberal de juros altos e de superávits fiscais de quase 5% do PIB.

Diante de uma situação negativa do mercado de trabalho, o fenômeno recente da emigração de milhares de homens e mulheres vai surgir neste período como alternativa de uma parte da população na busca por trabalho e melhores rendimentos no exterior. Esta desmotivação das pessoas com a situação interna do país são captadas pelas redes migratórias, que impulsionam o poder simbólico do sonho em mundos tão desconhecidos e distantes da grande maioria.

2 Esses cálculos foram apresentados por Marcelo Néri da Fundação Getúlio Vargas, ao jornal *Valor Econômico* de 1º de agosto de 2003, ano 4, n. 813.

III. A TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO E DAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO

3.1. *As mudanças no trabalho e na estrutura ocupacional*

As transformações na economia brasileira durante a década de 90, provocadas pela liberalização das importações e da entrada e saída de capital, e pela mudança no papel do estado, modificaram expressivamente a composição setorial e por posição na ocupação da geração de oportunidades para ocupar a população ativa em atividades urbanas (não-agrícolas).

De um lado, diminuiu a participação na geração do total de ocupações de setores da indústria de transformação, mas também nas atividades de finanças, extração mineral e serviços de utilidade pública. A participação aumentou nos setores do comércio de mercadorias, serviço doméstico, construção civil, educação, alojamento e alimentação, serviços auxiliares da atividade econômica, saúde e serviços domiciliares (segurança e limpeza).

De outro lado, houve uma redução da participação do emprego assalariado com carteira de trabalho assinada e de estatutário em grandes empresas, nos setores onde predominam a indústria de transformação, a construção civil, os serviços de utilidade pública e as atividades financeiras. Ao mesmo tempo aumentaram a participação dos empregados sem carteira, empregadores, trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem remuneração (estagiários e membros da família que ajudam os conta próprias) e serviço doméstico remunerado, nos segmentos não empresariais da indústria de construção, além do comércio e serviços para atender pessoas e famílias, em que é relativamente pequena a participação de empregados com carteira assinada e de estatutários.

Se compararmos essas mudanças na composição setorial da ocupação urbana entre o Brasil e os Estados Unidos, por exemplo, algumas peculiaridades brasileiras evidenciam diferenças na evolução das trajetórias setoriais. Nos EUA, houve uma redução da participação na geração de oportunidades para ocupar a população ativa na produção de bens e o aumento da participação de serviços auxiliares da atividade econômica, atividades sociais e atividades associadas a lazer, como as de diversão, alojamento e alimentação, até mesmo uma parte do comércio. De peculiar ao Brasil, refletindo outro tipo de (sub)desenvolvimento econômico e social, destaca-se a confirmação e aprofundamento da elevada participação dos serviços que atendem o cotidiano das pessoas e famílias (serviços pessoais e domésticos), inclusive a conservação

e reparação de bens duráveis, além de um peso desproporcional de empregos em serviços de limpeza e segurança privada (Baltar, 2003).

Além da terceirização de atividades antes realizadas dentro das empresas, que diminuíram os empregos com carteira e estatutários, o aumento generalizado do trabalho por conta própria e do emprego sem carteira de trabalho sinaliza uma acomodação das pequenas e médias empresas. Entretanto, as perspectivas são de uma intensificação da competição, reduzindo o custo pelo não cumprimento da legislação vigente, sem ser devidamente reprimida pelas entidades responsáveis pela fiscalização do cumprimento das regulamentações que regem o trabalho assalariado no país, num quadro extremamente desfavorável à geração de empregos assalariados. As PMEs passam a assumir um papel socioeconômico cada vez mais estratégico no sistema produtivo-comercial (Montaño, 1999; Brito, 2002; Cassiolato *et al.*, 2003), e ganham importância destacada nas políticas de geração de emprego e renda na oligopolizada economia brasileira (Pires & Reis Filho, 2001; Haddad, 2004).

O fato é que, na década de 90, diminuiu a capacidade da atividade econômica gerar empregos com vínculo formalizado, mesmo em setores onde este tipo de emprego costumava ser gerado. A diminuição do grau de formalização foi muito grande na indústria de transformação, transporte, comunicação, educação, administração pública e nas atividades de finanças e imóveis, onde o grau de formalização era relativamente elevado e em construção civil, comércio, serviços de diversão e serviços auxiliares da atividade econômica, onde o grau de formalização do trabalho já era relativamente baixo (Baltar, 2003).

3.2. As mudanças nas instituições do mercado de trabalho

No curso dos anos noventa, o movimento de desregulamentação do emprego foi estreitamente associado pelos países da América Latina no Consenso de Washington e no processo de integração do Mercosul e da Alca. As medidas de liberalização dos regimes comerciais latino-americanos foram associadas à flexibilização do trabalho, à redução dos direitos dos trabalhadores e à concentração da riqueza. A estabilização monetária consecutiva no Brasil e na Argentina com base na liberalização acentuada da economia fez os dois países convergirem para um modelo econômico liberal pregado pelas organizações internacionais assentadas em Washington, mas ainda com diferenças marcantes entre os dois países nas estratégias de condução da política econômica e na forma de inserção no regime internacional (Pires, 2003).

Desde o Plano Real em 1994, principalmente nas cidades brasileiras mais industrializadas, mesmo quando o crescimento econômico foi positivo, a intensificação da concorrência e os novos procedimentos tecnológicos impulsionaram as grandes empresas a reduzirem o tamanho de suas unidades de produção, provocando uma redução significativa da mão-de-obra na indústria, particularmente no setor metalúrgico, automobilístico e bancário (Pires, 1997; Hugo & Wilson, 1997). A destruição da base do trabalho assalariado fordista nas grandes empresas, devolve às pequenas e médias empresas não engajadas em rede a responsabilidade de resolver o problema da absorção de mão-de-obra, de sorte que uma quantidade crescente de trabalhadores disputa um mesmo posto de trabalho e a mesma renda disponível (Dedecca, 2000). Desde então, se multiplicam as unidades MPMEs que se caracterizam por um baixo volume de capital, dispersão geográfica, horários de trabalho diferenciados, e pelo fracionamento do faturamento que lhes rendem menos tributação ao fisco (Cacciamali, 1999).

Este agravamento da heterogeneidade estrutural com precarização do mercado de trabalho brasileiro aparece assim como um traço dominante de sua evolução nos anos noventa, quando a nova dinâmica econômica valida o perfil de uma fraca qualificação da mão-de-obra nacional e baixos salários, agravando a estrutura social historicamente desigual. Esta evolução errática da trajetória brasileira está na origem das novas emigrações que assolam parcelas da população, desde a constituição do Real.

A desregulamentação do mercado de trabalho concebido como instituição estratégia para assegurar um retorno do emprego no Brasil e na América Latina está longe de atingir os efeitos positivos esperados. Ao contrário, instituiu-se nos mercados de trabalho das grandes cidades focos de precarização e informalização na grande maioria dos países. Juntas, a política de flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, sem definir compromissos precisos de proteção social, tornou-se imperfeita e injusta. Segundo a orientação econômica predominante, tanto das empresas quanto dos governos, a flexibilidade da relação salarial e do mercado de trabalho, do tipo anglo-saxão, é significativamente mais privilegiada em relação a uma regulação dos direitos sociais segundo um cenário otimista do modelo europeu, no final dos anos noventa.

IV. O DESTINO DAS EMIGRAÇÕES E O PODER ECONÔMICO DAS REMESSAS

Após os resultados apresentados pela economia brasileira na década de 90, na primeira metade desta década a população de brasileiros emigrantes cresceu 33%. Estima-se que mais de 2,5 milhões de brasileiros moram no exterior e transferiram US\$ 5,824 bilhões para o país em 2004. A população no exterior corresponde há um pouco mais de 1% de todos os brasileiros (175 milhões).³

Historicamente, a condição de país mais rico do mundo fez dos Estados Unidos o principal pólo de atração dos brasileiros no exterior. Como pode ser visto na Tabela 1, em 2000, do total de quase dois milhões de pessoas, quase 800 mil estavam em território americano. O motivo principal é a expectativa de ganhar dinheiro e realizar o sonho americano (Sales, 1999).

O segundo principal destino dos emigrantes brasileiros é o Paraguai, com 454,5 mil brasileiros residentes. Aqui os motivos são bem diferentes: a proximidade com o Brasil, a facilidade de acesso a propriedades rurais, bem mais baratas que as brasileiras, e os empregos temporários principalmente nas plantações de soja.

Tabela 1. Estimativa de brasileiros residentes no exterior.
Principais Destinos. Ano 2000

PAÍSES	BRASILEIROS	PAÍSES	BRASILEIROS
Estados Unidos	799.2003	Holanda	10.532
Paraguai	454.501	Bolívia	9.364
Japão	224.970	Suécia	7.000
Alemanha	60.403	Austrália	6.665
Portugal	51.590	Canadá	6.458
Argentina	37.912	Líbano	5.874
Itália	37.122	Bélgica	4.522
Suíça	25.880	Chile	3.567
França	22.436	Grécia	3.003
Suriname	20.015	Angola	2.500
Uruguai	19.667	Peru	2.123
Venezuela	15.606	Áustria	2.002
Inglaterra	15.020	Colômbia	1.647
Espanha	13.110	Moçambique	1.400
Israel	11.002	Jordânia	1.200

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, Brasília, DF.

O Japão é o terceiro país do mundo mais procurado pelos brasileiros: 225 mil. Na grande maioria são descendentes de japoneses que imigraram para o Brasil no início do século passado.

3 O Ministério de Relações Exteriores pondera que os números são apenas estimativos, visto que esse indicador é bastante flutuante e de difícil contabilização devido ao elevado número de clandestinos. O levantamento é feito com base nos dados enviados pelas 162 embaixadas e consulados brasileiros no exterior. Os dados utilizados nesta pesquisa foram disponibilizados na Internet.

Portugal e a Alemanha ocupam o quarto e o quinto lugar entre os países mais procurados pelos brasileiros na União Européia, respectivamente com 60 mil e 51 mil imigrantes. Além desses países, fazem parte os mais procurados do bloco europeu a Itália (37 mil), Suíça (26 mil), França (22 mil), Inglaterra (15 mil), Espanha (13 mil), Holanda (11 mil), Suécia (7 mil) e Bélgica (4 mil). Aqui os motivos são variados e ainda pouco estudados (Pires *et al*, 2004).

Como são mostradas na Tabela 2, algumas cidades como Nova York (15,9%), Ciudad Del Este (14,8%) e Miami (10,6%) são famosas por atrair mão-de-obra brasileira. Essas três cidades abrigam cerca de 41,3% do total dos brasileiros residentes no exterior, contra cerca de 12,6% nas principais cidades da Europa. Na União Européia, a presença dos brasileiros não ultrapassa a casa de 2% em Lisboa (1,9%), Zurique (1,4%), Frankfurt (1,2%), Munique (1,1%), Milão (1,1%) e Roma (0,9%).

Tabela 2. Estimativa de brasileiros residentes em cidades do exterior
Principais Destinos. Ano 2000

CIDADES	BRASILEIROS	CIDADES	BRASILEIROS
Nova York	300.040	Munique	21.695
Ciudad Del Este	280.059	Milão	20.062
Miami	200.005	Paramaribo	20.015
Boston	150.005	Roma	17.050
Nagoya	135.079	Porto	15.520
Assunção	107.040	Berlim	15.507
Tóquio	89.891	Londres	15.020
Salto del Guairá	55.005	Paris	7.392
Washington	48.001	Barcelona	6.040
Houston	40.140	Bruxelas	4.522
Lisboa	36.070	Santiago	3.567
Buenos Aires	35.051	Montreal	3.200
Los Angeles	33.007	Atenas	3.003
Zurique	25.880	Viena	2.002
Frankfurt	23.201	Quito	689

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, Brasília, DF.

Entretanto, é também um outro fato que os canais por onde fluem as migrações nem sempre conduzem a finais felizes, especialmente se considerarmos este fenômeno da *imigração ilegal*. Pela Tabela 3, pode-se notar que mais de um terço dos emigrantes brasileiros estão de maneira irregular (clandestino) no exterior (33,9%). Nos Estados Unidos, os ilegais somam a metade da comunidade brasileira. Nos últimos anos entrar sem visto ficou mais arriscado. As fronteiras estão mais vigiadas por causa das regras mais rígidas na concessão de vistos temporários para os Estados Unidos, onde praticamente todo mundo é entrevistado e são veementes as restrições aos latino-americanos.

A grande maioria dos emigrantes brasileiros está em situação irregular em cidades norte-americanas. A situação é inversa na grande

maioria das cidades dos países da Europa, onde em geral é predominante a situação regular dos brasileiros. No entanto, existem muitos em situação irregular em Bruxelas (57%), Milão (50%), Zurique (39%) e Caiena, na Guiana Francesa (46%).

Tabela 3. Estimativa de brasileiros residentes em cidades do exterior
Principais Destinos e Condições de Regulamentação. Ano 2000

CIDADES	BRASILEIROS	REGULARES	IRREGULARES
Nova York	300.040	20,0	80,0
Ciudad Del Este	280.059	71,4	28,6
Miami	200.005	40,0	60,0
Boston	150.005	100,0	0,0
Nagoya	135.079	99,0	0,0
Assuncion	107.040	62,6	37,4
Tóquio	89.891	99,3	0,6
Salto del Guairá	55.005	36,4	64,0
Washington	48.001	91,7	8,3
Houston	40.140	49,8	49,8
Lisboa	36.070	66,5	33,5
Buenos Aires	35.051	89,9	10,0
Los Angeles	33.007	75,7	24,2
Zurique	25.880	61,3	38,6
Frankfurt	23.201	79,9	20,0
Milão	20.062	49,8	49,8
Porto	15.520	77,3	22,6
Paris	7.932	99,4	0,0
Barcelona	6.040	99,3	0,0
Bruxelas	4.522	42,0	57,5

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, Brasília, DF

Calcula-se que, anualmente, entram na Europa, de forma irregular, entre 120 mil e 500 mil pessoas. A imigração ilegal gera nos países de acolhimento os ciclos de criminalidade e exclusão social, tema que deve ser tratado com realismo, firmeza e criatividade. A situação precária em que muitos imigrantes vivem conduz a disputas entre setores mais desfavorecidos de um Estado e os imigrantes recém chegados ou já instalados.

A explicação dos motivos desse êxodo de brasileiros é complexa e variada, e ultrapassa os marcos desse trabalho. Entretanto, esses resultados mostram que, mesmo o Brasil, país de tradicional atração imigratória, surpreendeu especialistas em população e constrangeu várias instâncias da sociedade civil, as quais, levando-se em conta os valores ufanistas vinculados à imagem de país receptor, viram nessa saída de jovens de setores médios urbanos e com escolarização intermediária, uma derrota do projeto nacional de desenvolvimento (Patarra, 1995).

É um fato que os motivos desse êxodo pode trazer aspectos negativos para a imagem do país no exterior, mas também não deixa de ter pontos positivos para as pessoas envolvidas. Por exemplo, as saídas de uma parte dos emigrantes ampliam as relações entre indivíduos e grupos da

sociedade civil entre países, além de abrir os horizontes das pessoas, que adquirem conhecimentos, experiência de vida, costumes e hábitos novos, mas também, dinheiro.

O Brasil é o segundo país da América Latina que mais recebe remessas de imigrantes. Segundo cálculos do BID, cerca de 2,5 milhões de brasileiros que moram no exterior transferiram US\$ 5,824 bilhões para o país em 2004. Esse valor foi superior à exportação brasileira de soja em grão, de US\$ 5,4 bilhões. O país só perde para o México, que recebeu US\$ 16,613 bilhões. De 2001 a 2004, as remessas de brasileiros cresceram 123%. Quase a metade vem de brasileiros nos Estados Unidos e o resto se divide entre Japão e Europa (Reino Unido, Itália, França, Suíça, Espanha e Alemanha). A tendência é as remessas se tornarem uma fonte de receita cada vez mais importante para alguns municípios e certas regiões do Brasil, como já acontece. Os migrantes investem nos locais de origem adquirindo imóveis e outros bens de consumo, auxiliando a família, pagando a passagem de futuros migrantes, evidenciando uma particular dinâmica social nesses locais, envolvendo pessoas que não migraram nesse processo (Weber & Scudeler, 1999).

Ora, essas saídas de brasileiros e das remessas que chegam ao país, contudo, não contam toda a história da nossa gente envolvida nesses processos migratórios internacionais. Há várias formas e dinâmicas nos estoques e fluxos de pessoas que migram, que requer dedicada atenção para serem entendidos. Nesta trilha, os estudos de caso não devem ser meros apêndices das estruturas, mas cruciais para ajudar a explicar o poder do imaginário dos migrantes e das redes sociais migratórias que envolvem os brasileiros na globalização.

V. UM OLHAR SUBJETIVO DOS IMIGRANTES BRASILEIROS NA ITÁLIA⁴

5.1. *Os motivos e o projeto migratório*

Ao todo são sessenta milhões de pessoas de origem italiana que moram fora da Itália (Maffioletti & Colaiacomo, 2004). De 1870 a 1920, o Brasil recebeu cerca de um milhão e meio de imigrantes italianos. Dados de 2000 da Embaixada da Itália apontam a presença de 25 milhões de italianos e seus descendentes no Brasil. Somente para o Estado de São Paulo vieram 70% do total (Forcione Alvim,

4 Esta seção se nutre dos artigos de Ana Vitória Monteiro (2005) e Mariagrazia Santagati (2005), apresentados no Seminário Internacional "Nuevas Migraciones Latinoamericanas – Procesos de inclusión y exclusión", Cuenca, 24 de setembro – 7 de outubro de 2005. O autor agradece ainda as autoras pelas informações concedidas extra artigo, que envolveram o trabalho de campo na Itália e no Brasil.

1999; Garbaccia, 1997). Estima-se que ainda hoje São Paulo possua a terceira maior colônia italiana, depois de Nova York e Buenos Aires (Lippi Oliveira, 2001). O estado abriga hoje seis milhões de italianos e descendentes, segundo estimativa do Consulado Italiano. Esta presença no Brasil cria as expectativas de uma integração social de todos os descendentes com a pátria mãe Italiana.

Geralmente quando se escolhe migrar para a Itália as decisões dos migrantes ultrapassam os fatores clássicos de expulsão (instabilidade e descontentamento no local de origem) e de atração (busca de melhores condições de vida no local de destino), alcançando outros aspectos da tomada de decisão como a hereditariedade, os desejos dos descendentes em conhecer o país dos antepassados, a busca das raízes e a descoberta das ligações de sangue.

A partir dos anos noventa, finalmente é possível para os descendentes dos italianos obter a dupla cidadania, passando a ter também a condição de cidadão italiano. Com isto, os requerimentos da cidadania italiana aumentaram muito nos últimos anos. Segundo o Consulado italiano, cerca de 21.000 pessoas estão hoje esperando pela cidadania italiana. Na opinião das associações italianas, são 180.000 pessoas, somente em São Paulo. O tempo de espera pelos requerimentos é de cerca de 8 anos para quem vive no Brasil (por causa de problemas de burocracia), é de 6 a 8 meses para quem escolhe ir à Itália para terminar o processo.

Sem sombra de dúvida, este fenômeno é crucial na interpretação das migrações brasileiras hoje para a Itália. Quais são as pessoas que pedem a cidadania italiana? Porque pedem a cidadania italiana?

Para Santagati (2005) trata-se de uma trajetória dos descendentes dos imigrantes que buscam obter cidadania italiana para resgatar os laços com a terra de seus antepassados, bem como procurar oportunidades de trabalho na Itália e na comunidade européia. Esse tipo de emigração está estimulado por programas de intercâmbio com a Itália, que passou a reconhecer a dupla cidadania dos descendentes de imigrantes e expandiu a construção da identidade italiana para além das fronteiras do território italiano. Trata-se de uma migração de cidadãos de direito, mas não de fato, em que os migrantes permanecem estrangeiros e brasileiros na Itália.

As pesquisas revelam que as pessoas que estão pedindo a cidadania italiana são principalmente jovens de classe média (Ministero degli affari esteri, 2003), homens e mulheres com nível médio de escolaridade, que no momento mais precioso de suas vidas vão realizar um trabalho geralmente aquém de suas qualificações, como empregados nos serviços de baixa qualificação (Santagati, 2005).

Estes jovens não são apenas brasileiros, mas também cidadãos italianos, que de fato não conhecem a língua e a cultura italiana. Trata-se de jovens descendentes que dificilmente participam da vida das associações e das festas italianas, mas agora querem ou já tem a cidadania italiana. São, na verdade, brasileiros que tem o passaporte italiano, que são considerados, também pelos políticos italianos, como próximos à Itália enquanto moram no Brasil, mas que se tornarão estrangeiros e distantes quando forem a Itália. É importante frisar que a proximidade e a distancia física não correspondem à proximidade e a distancia social, que é construída politicamente e socialmente. Obter a cidadania significa ter deveres e direitos sociais, civis e políticos, segundo o critério da nacionalidade: a cidadania econômica é fraca sem uma cidadania social e política, porém, não é suficiente ter a cidadania de direito para ter uma cidadania de fato (Santagati, 2005).

Em muitos casos, a maioria das pessoas não consegue facilmente obter a cidadania porque não conhece exatamente a localidade de nascimento na Itália do antepassado que poderia transmitir a cidadania italiana, e não possui a documentação necessária que precisa para as traduções dos documentos.

Uma questão da literatura que retorna nos relatos dos entrevistados de Santagati (2005) é o fato de que a emigração dos brasileiros para a Itália também está ligada e conectada a um sonho e a um projeto. As duas dimensões influem sobre a escolha de migrar, mas se o projeto parece antecipar a ação, parece mais racional e organizado, o sonho se refere a uma dimensão mais irracional. Trata-se, nesses casos, de jovens, sem vínculos familiares fortes, que se afastam da família para experimentar-se, através de uma experiência protegida, na terra dos pais e avós. Assim, o sonho de migrar às vezes pode ser transformado em ilusão, não somente pela propaganda dos meios de comunicação, (imprensa, internet, site, televisão), através do marketing, mas também de pessoas conhecidas, parentes, associações, advogados, centros de pesquisa, profissionais com certas competências que se assemelham a “coiotes de terno e gravata” (Santagati, 2005), em relação aos coiotes perdulários que atuam nos Estados Unidos. O projeto migratório é assim uma construção cognitiva influenciada por vários elementos, que ultrapassam os efeitos de atração e retração de mão de obra dos mercados de trabalho internacionais.

5.2. *A marcha da inserção laboral, as relações de gênero e as remessas*

Os dados do *Annuario Statistico dell'Immigrazione Straniera* e de *L'Immigrazione Straniera in Lombardia*, de 2003, apresentam estimativas

de 5.320 brasileiros na província de Milão, e de 8.850 na Lombardia. Neste ano houve uma queda da presença de brasileiros irregulares em torno de 32% para a província, após a regularização efetuada no ano de 2002 (conhecida popularmente como “abertura de sanatória”, quando podem ser encaminhados pedidos oficiais de regularização de estrangeiros residentes).

No ano de 2002, havia estimativa de que 48% dos brasileiros da Província da Lombardia estavam irregulares. Já o levantamento de julho de 2003, após os resultados da regularização (medida sanatória) mostrou que esta taxa baixou para uma variante média de 16%. A abertura temporária para pedidos de regularização, visa principalmente equalizar os problemas enfrentados pelas empresas de falta de mão de obra, regularizando os estrangeiros incorporados ao mercado de trabalho, ou seja, que apresentem uma proposta formal de emprego.

A emigração recente de brasileiros para a Itália é colocada por Monteiro (2005) como um movimento dos descendentes dos migrantes italianos que vieram para o Brasil no início do século passado, como um retorno à terra dos antepassados. Esse grupo reuni brasileiros oriundos dos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais. Mesmo nestes casos, os motivos da migração e do processo vivido são sempre valorizados como um movimento pessoal, mas com noção muito pequena ou quase inexistente da sua inserção social possível na sociedade italiana (Monteiro, 2005). É o que Santagati (2005) chama do sonho da cidadania italiana e européia, que cria as expectativas para emigrar.

Uma observação dos relatos e histórias de vida colhidas em Milão permite diferenciar a migração de 10 anos atrás da mais recente, quanto aos fatores que levaram a opção pela Europa. Nas faixas etárias mais baixas de migração recente, foi identificada a presença importante de jovens que demonstraram um espírito empreendedor e noção de cidadania sem fronteiras, na busca por um emprego que permita um padrão de vida de classe média avaliado como impossível de obter e manter no Brasil.

Somente entre os que eram descendentes de italianos, devido à possibilidade de regularizar a situação no país foram narradas as histórias de vida mais dramáticas, ligadas claramente às dificuldades de sobrevivência. Em três relatos distintos, muitos deles são de pessoas que tiveram comércio em pequenas cidades, migraram em situação de falência absoluta, e agora permanecem para poupar e pagar dívidas com bancos e agiotas.

A questão de gênero se coloca com especificidade, pois a participação feminina em Milão é superior a 70%. Os pedidos de regularização por matrimônio indicaram a necessidade de buscar entender melhor esse processo. Em muitos casos existem casamentos negociados apenas para obtenção de cidadania, mas no caso dos brasileiros ocorrem casamentos com construção de famílias.

Nesses casos, a grande maioria dos matrimônios ocorre entre italianos com moças nordestinas de classe média-alta e formação superior, em contatos iniciados nas viagens de férias ao Brasil, se estabelecendo um relacionamento a distancia por algum tempo até o enlace matrimonial. A valorização da família e a participação da mulher na vida do casal são estabelecidas culturalmente com um laço forte.

Sobre a migração feminina clandestina, destacam-se alguns tipos de trabalho específicos como empregada doméstica, e mais ainda significativo como acompanhante de idosos. Por outro lado, os bares, restaurantes e churrascarias garantem o emprego de uma boa parcela dos migrantes brasileiros, homens e mulheres, tanto no serviço de garçom como na área artística, nesses casos como dançarinos, cantores e músicos instrumentistas. Uma grande parte desses empregados nos setores de lazer e diversão são clandestinos, apesar das preferências desses locais em empregar brasileiros para atrair mais clientela.

Outro grupo de imigrantes brasileiros reconhecidos no trabalho de campo foi de estudantes, sobretudo daqueles com formação superior completa que se encaminham para a Europa visando aperfeiçoamento profissional. Estes são oriundos de classe alta e média alta, somados àqueles que, selecionados por Ongs européias (no caso, ligada à igreja católica e que atuam em regiões pobres do NE do Brasil) migram temporariamente para a Itália a fim de concluir estudos profissionalizantes. Neste grupo são encontrados estudantes que fazendo turismo procuram também por trabalho enquanto pleiteiam bolsa de estudos em universidades italianas, para regularizar estadia e cumprir objetivo de formação universitária fora do Brasil (Monteiro, 2005).

A prostituição é também um mercado que ocupa uma parte da população migrante brasileira em Milão, tanto feminina como masculina. Há ainda muitos homens brasileiros trabalhando na construção civil na área de reformas e restaurações, na área de transporte de mercadorias, inclusive alguns com frota de veículos, que contratam preferencialmente carregadores e motoristas brasileiros (Monteiro, 2005).

VI. CONCLUSÕES

Muito embora se saiba que, na globalização, o capitalismo não pode mais prescindir, mesmo de maneira conflitiva, da livre circulação de pessoas... e das suas remessas, procuramos mostrar neste artigo como as influências negativas da retração econômica e da ampliação das redes migratórias internacionais têm contribuído significativamente para aumentar as saídas de brasileiros para morar no exterior nos últimos anos.

A compreensão dos motivos da saída dos brasileiros, aqui entendida como um projeto pessoal integrado às redes migratórias, mostra uma distribuição diversificada que depende muito do grupo social dos migrantes e seus territórios de origem, e das possibilidades das escolhas locais impostas pelas redes de inclusão ou exclusão nos países de destino. Mesmo se considerarmos que a busca de emprego seja o principal motivo da emigração, ainda assim difere o perfil das pessoas, a constituição das redes e a escolha dos países nos projetos individuais e de grupos. As ligações dos descendentes de italianos, por exemplo, como são de outros descendentes (portugueses, espanhóis, japoneses, alemães) demonstram outros tipos de projetos migratórios, como mostrados nos casos de Milão.

É neste novo cenário das emigrações e do poder das remessas dos migrantes que se coloca o debate do desenvolvimento territorial em algumas regiões do Brasil e da América Latina, como forma institucional localizada capaz de enfrentar as crises e solucionar os desafios deixados pela perspectiva de uma retração econômica regional de produção e emprego.

BIBLIOGRAFIA

- ABOITES J., MIOTTIL. e QUENANC. (1995), «Les approches régulationnistes et l'accumulation en Amérique latine», in BOYER Robert et SAILLARD Yves. (éds.), p. 467-475.
- BALTAR, P. (2003). *Estrutura Econômica e Emprego na Década de 90*, mimeo.
- BOYER R. (2001), "L'après-consensus de Washington: institutionnaliste et systémique?", In *L'Année de la régulation*, vol. 5. Ed. Association recherche et régulation, Paris.
- BRITO, J. (2002). *Relevância de PMEs em APLs na Indústria Brasileira: uma análise exploratória a partir de dados da RAIS*. Redesist.
- CACCIAMALI, M.C. (1999), "Globalização, informalidade e mercado de trabalho", In *Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia (ANPEC)*, Belém, dezembro.
- CASSIOLATO, J.E. & LASTRES, H.M.M. (2003). "O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas". In Lastres Et al. (ed). *Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

- DEDECCA, C. (2000), «Réorganisation productive, absorption de main-d'oeuvre et qualification au Brésil», in *Colloque Mondialisation Économique et Gouvernement des Sociétés: l'Amérique Latine, un laboratoire?*, Colloque organisé par le GREITD, l'IRD et les Universités de Paris 1 (CRI-IEDES), Paris 8 et Paris 13.
- FORCIONE ALVIM, Z.M. (1999), "O Brasil italiano (1880-1920)", in Fausto B. (org.), *Fazer a América*, São Paulo, Edusp.
- GARBACCIA, D.R. (1997), "Per una storia italiana dell'emigrazione", In *Altreitalia*, n. 16, luglio-dicembre.
- HADDAD, P. (2004). Cultura Local e Associativismo. Texto apresentado no *Seminário sobre APLs*, BNDES.
- HUGO E.A. da Gama Cerqueira & WILSON A. Costa de Amorim (1997), «Evolução e características do emprego no setor bancário», in Liana Carleial e Rogério Valle (corrds.). *Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- LIPPI OLIVEIRA, L. (2001). *O Brasil dos imigrantes*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- MAFFIOLETTI, G. & COLAIACOMO, A (2004). *Gli italiani nel mondo. Dinamiche migratorie e composizione delle collettività*, "Studi Emigrazione", XLI, n. 153, 2004, pp. 169-194.
- MONTAÑO, C. (1999). *Microempresa na Era da Globalização*. Ed. Cortez, São Paulo.
- MONTEIRO, A.V. (2005). "Redes Migratórias de Brasil a Europa: inserción social y económica de los brasileños em Itália", Artigo apresentado no *Encuentro Internacionalo Nuevas Migraciones Latinoamericanas – Procesos de inclusión y exclusión*, Cuenca, 24 de septiembre – 7 de octubre.
- PIRES, E.L.S. (1997), "Crise Econômica, Reestruturação Produtiva e Emprego: transformações nas montadoras da indústria automobilística no Brasil", in Liana Carleial e Rogério Valle (corrds.). *Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- PIRES E.L.S. & REIS FILHO, J.C.G. (2001). "Desenvolvimento local, política pública e sociedade civil: estratégias dos atores e potencialidades das dinâmicas locais em comunidades de baixa renda no Brasil". Artigo apresentado no *XXIII Congresso Latinoamericano de Sociologia*, Antigua, Guatemala
- PIRES, E.L.S. (2003). "Internacionalização e Transformação da Relação Salarial e do Mercado de Trabalho na Constituição de Zonas de Integração Regional", In *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, vol. 11.
- SALES, T. (1999). *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez Editora.
- SANTAGATI, M. (2005). "Fabrica de sueños: entre Brasil e Itália: um proceso complejo de construcción y mediación", Artigo apresentado no *Encuentro Internacionalo Nuevas Migraciones Latinoamericanas – Procesos de inclusión y exclusión*, Cuenca, 24 de septiembre – 7 de octubre
- SASAKI, E.M. & ASSIS G.O. (2000), "Teorias das Migrações Internacionais", In *Anais do XII Encontro Nacional da ABEP*, Caxambu.
- SOUSA, I. C.F. de (2004), "Associationism of Brazilian Women Immigrants Living in Rome", *Seminario Latinos Alla Scoperta Della Europa*, Gênova, junho.